

**HISTÓRIA NATURAL E NARRATIVAS DE VIAGENS:
NOVAS RELAÇÕES, NOVAS LINGUAGENS, NOVAS IMAGENS**

**NATURAL HISTORY AND JOURNEYS NARRATIVES:
NEW RELATIONSHIPS, NEW LANGUAGES, NEW IMAGES**

Márcia Fagundes Barbosa

Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: marciafb@brturbo.com

RESUMO

Este artigo procura refletir sobre o processo de composição de imagens que ajudaram a definir o Brasil no século XIX, a partir de um olhar eurocêntrico. Nesse sentido, a História Natural e as narrativas de viagens fazem parte desse novo modo de lidar com a diferença. A abertura dos portos brasileiros em 1808 e a “redescoberta” do Brasil a partir de uma perspectiva científica promovem uma confluência de imagens e novos signos para esta região. Esses discursos e imagens estão inseridos em um contexto de transformação do pensamento humano (séculos XVIII e XIX), quando novas formas de relações e representações do sujeito estão sendo construídas. Mary Louise Pratt atribui essa mudança à emergência da história natural como uma forma diferente das elites europeias relacionarem-se com o resto do mundo. Portanto, este entendimento racionalizador e padronizado sobre “outros” espaços (não urbanos) codificam uma nova consciência planetária: a eurocêntrica. Com o objetivo de entender os mecanismos ideológicos e semânticos que possibilitaram o repertório de imagens produzido sobre o Brasil no século XIX, este artigo concentra-se, em um primeiro momento, sobre a retórica da história natural e sua especificidade enquanto linguagem e empreendimento. Os relatos de viagem tão produzidos e consumidos na Europa e na América nos séculos XVIII e XIX utilizam-se dessa retórica naturalista para explorar mundos não urbanos. Em um segundo seguimento, são analisadas as imagens que partem de algumas narrativas de viagens sobre o Brasil no século XIX, dedicando-se, sobretudo, à *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, de Spix e Martius. Identificam-se nessas narrativas os polos científicos firmados por Hegel e Humboldt para interpretar o mundo americano a partir da relação entre natureza e sociedade. O olhar eurocêntrico que pensa o mundo através da antítese entre o velho e o novo concebe à América grande vigor físico e carência humana.

Palavras-chave: Eurocentrismo. História Natural. Narrativas de Viagens. Brasil. Século XIX.

ABSTRACT

This paper tries to think about the process of images composition that helped to define Brazil in the XIX century with an Eurocentric view. The Natural History and Journeys Narrative are part of this new way to face the difference. The Brazilian's port Opening in 1808 and rediscovery of Brazil with a scientific perspective promote a confluence of images and new signs to this region. This speeches and images are in a context of transformation about human thinking (XVIII and XIX centuries) when new forms of relationship and subject performing are being constructed. Mary Louise Pratt attributes this change to the Natural History emergency as a different way of European elites to mix with all the world. So, this rational and model understanding about "other" spaces (not urban) encodes a new planetary conscience: the Eurocentric. To understand the ideological and semantic mechanisms that enable the images made about Brazil in the XIX century, this paper concentrate, first, on the rhetoric about Natural History and its specificity as language and enterprise. The journeys relate so produced and consumed in Europe and America in XVIII and XIX centuries use this naturalist rhetoric to explore not urban worlds. After, the images of some narrative about Brazil are analyzed in XIX century dedicating especially to Journey in Brazil (1817-1820) by Spix and Martius. Scientific poles are identified in these journeys firmed by Hegel and Humboldt to interpret the American world since its relation between nature and society. The Eurocentric view that thinks world by the antithesis between old and new gives to America great physical force and human need.

Key-words: Eurocentrism. Natural History. Narrative of Journeys. Brazil. XIX Century.

1 A NARRATIVA DA HISTÓRIA NATURAL

Diferentemente das explorações marítimas e suas narrativas de sobrevivência, a história natural¹ explora o interior das regiões, produzindo novas paisagens no imaginário europeu. As narrativas de viagens são práticas importantes para a realização do projeto da história natural e assumem um modo particular de comunicação. Baseados em uma racionalidade extrema, que tem como objetivo maior a classificação generalizada dos seres, esses relatos são amplamente divulgados e consumidos na Europa dos séculos XVII e XVIII. Como afirma Michel Foucault (2000), a história natural é uma língua bem-feita, pois através de uma única operação reúne elementos originalmente separados, construindo uma linguagem universal e precisa.

Essa nova linguagem de caráter documental e acumulativo descreve paisagens desabitadas, sem ação humana, em um tempo estático e não evolutivo. É um discurso centrado nas descrições precisas da natureza e que revela uma imagem benigna do cientista. Em contraste com a figura do conquistador das narrativas marítimas, presentes no cenário mundial durante três séculos, o naturalista apresenta-se com ingenuidade perante a natureza, tomando posse do seu objeto sem violência.

Mary Louise Pratt (1999) analisa o posicionamento dos naturalistas nos relatos de viagens, qualificando suas atitudes despreziosas de exploração como *anticonquista*. Para a autora, o fato de o cientista minimizar sua presença em seus relatos, projetando um olhar de fora e atento apenas para a paisagem, reforça uma relação de culpa pela conquista, “uma culpa da qual a figura do naturalista eternamente procura se esquivar, e que eternamente menciona, nem que seja apenas para distanciar-se dela mais uma vez” (PRATT, 1999, P. 108).

A retórica naturalista de anticonquista estrutura o saber ocidental e mantém uma grande força ideológica durante todo o século XIX. O livro de Luiz Agassiz *Viagem ao Brasil 1865-1866* traz já nas primeiras páginas essa perspectiva: “A tarefa do naturalista dos nossos dias é explorar mundos cuja existência já é conhecida, aprofundar e não descobrir” (AGASSIZ, 1938, p.25). O autor, um naturalista suíço de saúde frágil, pensa em viajar para o Brasil, primeiramente, por recomendação médica. Porém, a típica inquietação de um naturalista o levou a realizar um projeto científico com incentivo do museu de Cambridge e aprovado pelo Imperador do Brasil. A autoridade concedida ao cientista estrangeiro e a sua missão civilizadora está presente constantemente na sua narrativa. Esta, realizada por sua mulher Elizabeth, que aqui assume o papel feminino de guardiã e reprodutora do conhecimento científico adquirido. É a contribuição científica para a humanidade a força geradora deste projeto. Assim, Agassiz (1938, p. 17-18) deixa claro em seu prefácio:

Uma palavra, agora, a respeito de como foi feito este livro. Ele é produto mais das circunstâncias que de um propósito premeditado. Um pouco para a satisfação de seus amigos, um pouco pela ideia de que me seria útil ligar umas às outras as minhas observações científicas por meio de uma narrativa, a Sra. Agassiz registrou dia a dia nossas aventuras. Habituei-me desde logo a fornecer-lhe a nota cotidiana do resultado de meus trabalhos, bem seguro de que ela nada deixaria perder-se do que merecesse ser conservado. (...) Espero poder completar uma obra já começada sobre a história natural do Brasil e especialmente sobre os peixes. (...) Será obra, porém, para muitos anos, e para vários volumes de que o presente é apenas, por assim dizer, o vanguardeiro. Tal como está, fornecerá, todavia, o uso esperá-lo, a prova de que o ano que passamos no Brasil não foi apenas cheio de impressões agradáveis, mas igualmente rico em aquisições para a ciência.

O livro de Agassiz nos propõe um cruzamento muito interessante, já que é uma narrativa feminina realizada a partir das experiências de um naturalista suíço que vive nos Estados Unidos a serviço de uma instituição europeia. Pode-se refletir, então, a respeito da história natural como uma forma de hegemonia global do pensamento científico europeu. A sistematização e a padronização do conhecimento tornam a história natural uma língua bem-feita, como afirmou Michel Foucault, certa e universal, disseminada e falada por muitos (letrados). Uma forma de comunicação unificada entre mundos urbanos a respeito de mundos não urbanos. O naturalista como representante desta língua, tem a missão de nomear ou fazer a substituição “correta” dos nomes, modificando a nomenclatura local da paisagem. A autoridade do naturalista nega o conhecimento nativo e apresenta uma visão primitiva destes habitantes. Esta visão está presente na narrativa de Agassiz (1938, p. 25), quando descreve a visita ao jardim do Sr. Lage, em Juiz de Fora.

Ele [sr. Lage] não só distribuiu suas propriedades com muito bom gosto, mas fez empenho em nelas reunir todas as árvores e arbustos mais característicos do país, de maneiras que uma volta dada com ele no seu parque vale por uma lição das melhores para um botânico, que pode assim aprender a história e o nome de cada árvore ou cada flor que vai encontrando. Um guia como esse é dos mais preciosos, porque, em geral, os brasileiros parecem querer persistir numa doce ignorância de toda nomenclatura sistemática; para eles toda flor é uma flor, assim como todo animal, desde a mosca até o burro ou o elefante, é um bicho).

Apesar de estarmos tratando aqui de uma narrativa da segunda metade do século XIX, a retórica naturalista aparece ainda com grande força. Mary Pratt argumenta, inclusive, que a construção ideológica da história natural permanece muito presente até hoje entre nós.

Em Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, o nome científico das espécies, muitas vezes, vem precedido do nome usado pelos índios. Uma forma de tradução da cultura local. A narrativa desta viagem pela Amazônia revela um contato muito próximo entre os naturalistas e os índios locais. São experiências da *zona de contato* como afirma Mary Pratt. Para a autora, estes encontros coloniais são relações contínuas entre culturas separadas historicamente e geograficamente, revelando sempre uma disposição assimétrica de poder. É o olhar dominante do naturalista que narra este contexto de interação cultural a partir dos valores euro-coloniais. A descrição dos costumes alimentares indígenas na narrativa de Spix e Martius (1981, p. 56-57) é um exemplo de experiência da zona de contato:

Repugnantes, embora, essas formigas de asas são, entretanto, apanhadas pelos índios, torradas em frigideiras e saboreadas como petisco. Frequentemente surpreendíamos também um rapaz índio, que havíamos tomado para ajudante de cozinha, acorrido diante de um formigueiro, o qual, usando um bastão de madeira,

deixava os bichinhos vir-lhe correndo para a boca. A picada de todas as numerosas espécies de formiga deste país é dolorosa; particularmente maligna, porém, é a de uma espécie negra, bicornuda, chamada pelos índios *tacibura* (*Atta cephalote* F.) e da maior de todas, que os índios chamam de *tapiái* e *quibuquibura*, e os portugueses de tocanteira (*Cryptocerus atratus* F.).

A narrativa de Spix e Martius registra com detalhes a natureza da região amazônica, nomeando as espécies cientificamente. Um discurso produzido pela história natural, cuja sistematização do “caos” abrange também as observações etnográficas. Os valores dominantes do narrador, transcritos através da voz única e normalizadora dentro do texto, descrevem a paisagem e os índios como elementos descontínuos, ahistóricos, os quais passam, a partir de então, a participar da história euro-colonial. A ordem discursiva do estado moderno europeu organiza essa sociedade “sem precedentes” através da imposição da religião católica e de uma autoridade governamental. Os índios e seus costumes aparecem na narrativa em meio às descrições da natureza, como parte integrante desta paisagem. Assim como os desenhos explicativos das espécies vegetais encontradas naquela região, os índios também são desenhados e suas características exploradas, como estatura, tamanho do crânio, descrição das suas tatuagens e ornamentos. Na legenda dos desenhos de dois jovens índios há a informação de que estes foram levados para Munique.

Portanto, a presença branca europeia entre os indígenas estabelece constantemente uma relação assimétrica de poder e de diálogo, na qual os índios, “desprovidos de civilização e inteligência”, dimensionam de outra maneira este contato. Martius descreve uma cerimônia de batizado de seis índios, salientando a maior importância dada aos presentes que receberiam do que ao significado da cerimônia. A narrativa descreve também o encontro do naturalista com um índio que poderia lhe indicar o local das riquezas daquela região. Com facilidade, o homem branco oferece ao índio alguns objetos e enfeites para sua filha e logo conquista sua confiança; as riquezas, então, são reveladas.

As narrativas produzidas pela história natural modificaram-se ao longo dos tempos, mas sempre ligaram e unificaram mundos diversos. A partir do século XIX e das *Imagens da natureza* de Alexander von Humboldt², publicado em 1808 na Alemanha, a natureza perde aquele caráter acessível e coletável dos escritos lineanos, e passa a ser narrada através de uma dramaticidade própria das forças ocultas da criação. O naturalista, agora, assume uma postura de onisciência diante da grandeza da natureza.

Michel Foucault atribui à categoria “tempo” essa nova disposição do conhecimento ocidental. A partir do século XIX o tempo passa a ser um elemento importante na estrutura do saber ocidental, definindo um espaço interno de relações entre os seres. O sistema da natureza não é mais fixo, taxinômico e hierárquico, pois a valorização do tempo permite um olhar causal e de coexistência. Ao invés da perspectiva horizontal e superficial sobre o desenvolvimento das espécies, há agora uma visibilidade vertical e interna, que comporta o oculto da vida. Ou seja, não há mais uma organização geral para todos os seres, mas sim relações particulares e fundamentais para as diferentes espécies. A principal ligação entre os seres é a própria vida. As condições da existência, as quais abarcam descontinuidades e incertezas, passam a fazer parte da estrutura dos seres vivos. Georges Cuvier³ é o nome revolucionário do pensamento clássico, sua análise funcional dos órgãos, ao invés de mecanicista, gera relações internas e menos visíveis entre os seres. Surge a possibilidade da biologia. Nas palavras de Foucault (2000, p. 378):

Em alguns anos, na curva dos séculos XVIII e XIX, a cultura europeia modificou inteiramente a espacialização fundamental do ser vivo: para a experiência clássica, o ser vivo era um compartimento ou uma série de compartimentos na *taxinomia* universal do ser; se sua localização geográfica tinha um papel (como em Buffon), era para fazer aparecer variações que já eram possíveis. A partir de Cuvier, o ser vivo se envolve sobre si mesmo, rompe suas vizinhanças taxinômicas, se arranca ao vasto plano constringente das continuidades e se constitui um novo espaço: espaço duplo na verdade- pois que é aquele, interior, das coerências anatômicas e das compatibilidades fisiológicas, e aquele, exterior, dos elementos onde ele reside para deles fazer seu próprio corpo. Todavia, esses dois espaços têm um comando unitário: não mais o das possibilidades do ser, mas o das condições de vida.

Assim, a consolidação da epistemologia moderna dá-se a partir de um caráter histórico advindo dessa nova continuidade introduzida pelo tempo. Ao invés da natureza, é a problemática da existência que passa a ocupar o centro da racionalidade ocidental. Portanto, o saber está enraizado nas condições de possibilidade, próprias da existência, da história, de um tempo. A perspectiva de um mundo marcado pelo destino histórico de causa e efeito introduz um olhar mais atento do observador em relação ao meio social.

A partir de Humboldt, o discurso sobre a natureza torna-se mais visual e emotivo. Seus escritos alcançam grande impacto na imaginação do público da Euro-América, fornecendo representações fundamentais para os dois grupos. Influencia, desta forma, tanto a produção narrativa dos viajantes que o sucederam quanto da elite crioula. O paradigma do pensamento moderno, que incorpora a vida humana à natureza, estrutura sua narrativa. A percepção de uma história única para o mundo e para o ser humano, exposta ao acontecimento, converge a narrativa de viagem do século XIX para uma perspectiva

romântica, fundada na emoção do narrador perante tamanha força oculta que rege a natureza. Segundo Hauser (1998, p. 671), o romantismo “era a ideologia da nova sociedade e a expressão da visão de mundo de uma geração que deixara de acreditar em valores absolutos” e estáticos para crer na história como um movimento dialético, no qual todos os fatores estão interligados. É a compreensão da realidade como um todo relativo e limitado historicamente. Neste contexto, surge um questionamento a respeito da influência americana sobre esta nova maneira da Europa lidar com o mundo: o romantismo. Tanto Pratt quanto Benedict Anderson lançam novas perspectivas a esse respeito, acreditando que o romantismo é resultado das forças provenientes das zonas de contato.

O discurso da natureza ainda é descritivo e acumulativo, porém agora há um envolvimento ativo e emocional por parte do narrador. Enquanto a natureza apresenta-se através de uma grandeza desafiadora diante dos olhos da ciência, o indivíduo nativo, índios, negros, caboclos e também os senhores da elite aparecem na narrativa a partir de suas serventias e disponibilidades para com o viajante. Os *sujeitos instrumentais*, como denomina Mary Pratt (1999, p. 226), estão muito presentes na narrativa de Humboldt, e também em Spix e Martius, assim como em Louis Agassiz. Como a pintura de uma tela, a natureza e a população nativa são descritas através de uma plasticidade estética e estática a partir de um olhar de deslumbramento. A narrativa como ação desenvolve-se a partir da interação entre o explorador e o nativo, e este é representado, na maioria das vezes, pela sua postura servil. Vejamos um exemplo em Louis Agassiz (1938, p. 207-213) :

Ouvimos dizer muitas vezes que a viagem subindo o Amazonas é monótona; a mim, no entanto, parece delicioso marginar essas florestas, de aspecto tão novo para mim, olhar através de sua sombria profundidade, ou por uma clareira onde apenas se erguem aqui e ali algumas palmeiras ou, num relance, surpreender as gentes que vivem nessas povoações isoladas, constituídas por uma ou duas choças situadas nas margens. (...) Um dos índios nos convida a prolongá-lo até a sua casa, diz ele, é um pouco mais distante na floresta. Ele nos precede marchando nós alguns passos atrás: a todo instante temos que atravessar, por cima de um tronco de árvore, algum pequeno córrego, e como não estou muito segura de mim, o meu guia percebe: corta incontinentemente uma vara comprida onde eu possa ter um ponto de apoio, e eis-me mais corajosa.

A figura do índio como parte integrante da natureza primal e misteriosa reforça a imagem de uma cultura ahistórica. As observações a respeito da vida humana e de como esta se organiza socialmente passam a configurar a narrativa da história natural. Assim, a partir de um olhar civilizador, o viajante descreve estas sociedades e suas peculiaridades relacionando a natureza selvagem a uma cultura também selvagem.

A introdução do indivíduo e o modo de organização das sociedades nativas e crioulas nos relatos de viagens marcam uma configuração narrativa, que Mary Pratt denominou *vanguarda capitalista*. Estes escritos demonstram fortes interesses etnográficos voltados frequentemente para objetivos de intervenção e conquista. Diferentemente dos escritos de Humboldt que mantinham a sociedade americana nas suas margens, a “vanguarda capitalista” a priorizava nas suas narrativas, destacando, principalmente, seus obstáculos logísticos frente a um desejoso progresso.

Nos anos de 1820 ocorreram as revoluções de independência sul-americanas, gerando grande movimentação do capital europeu nas novas repúblicas. Assim, o discurso da “vanguarda capitalista” está estruturado em um período de grande interesse da Europa em relação à América do Sul. Companhias de investidores europeus mandavam especialistas de diversas áreas para o “Novo Continente” em busca de informações e de viabilidades comerciais. Portanto, a investigação etnográfica passa a ser agora o foco dessas narrativas.

Ernesto Livon-Grosman (2003, p. 21), em uma análise do gênero literatura de viagem, vê o elemento subjetivo, ou seja, a forma como o viajante recorre à fronteira, como fundamental para as diversas possibilidades de interpretações. Segundo o autor argentino:

La hibridez de esse sistema de representaciones culturales se debe al hecho de que la literatura de viaje depende de “lo factual”, es decir de las observaciones siempre subjetivas del viajero.(...) A literatura de viaje oscila entre a narrativa personal y las obligaciones institucionales.

A literatura de viagem desta época está fundamentada numa ligação muito significativa com as instituições governamentais, assim como a partir de viajantes pertencentes a uma mesma classe social. Portanto, dentro deste contexto, o discurso da natureza desenvolveu uma visão unilateral dos territórios americanos desta época, voltada para o projeto europeu de expansão econômica.

Nesse sentido, as imagens projetadas pela narrativa de viagem do século XIX, ao mesmo tempo em que divulga a potencialidade dos recursos naturais americanos identifica suas sociedades como culturalmente atrasadas, exercem grande influência nas representações que estas nações fazem de si mesmas. Desta forma, entende-se por que a ideia de nação baseada em um estado moderno está construída à imagem e semelhança dos europeus. Os intelectuais crioulos são participantes ativos dessa definição nacional e seus esforços para adaptar um modelo europeu de modernidade geram reflexões constantes sobre a particularidade do americano.

2 A LITERATURA DE VIAGEM: UM DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE O BRASIL

A partir de 1808, o intenso trânsito de viajantes estrangeiros, cientistas, artistas ou comerciantes, e também os incipientes imigrantes, fazem circular na Europa as mais diversas informações sobre o Brasil, intensificando-se, assim, os interesses científicos e comerciais sobre este imenso país que despertava para a independência. Estes visitantes de nacionalidades variadas serão responsáveis pelo contínuo processo de criação do Novo Mundo no imaginário europeu, ou mais precisamente, serão os autores de um redescobrimto do Brasil.

O texto de abertura da famosa obra de Spix e Martius (1981, p. 21), *Reise in Brasilien*, ou *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, nos situa nesse contexto de exploração científica em território americano, enquanto empreendimento a favor da ciência humana, reforçando também a ideia de missão civilizadora.

A América, essa nova parte do mundo apenas conhecida de poucos séculos atrás, tem sido desde a época de seu descobrimento, objeto de admiração e predileção da Europa. A feliz situação, fertilidade e diversidade de riquezas do seu solo atraem tanto colonos e negociantes, como pesquisadores científicos. Rapidamente se povoou e assim se desenvolveu a nova terra, pelo ativo comércio com a mãe-pátria e graças aos trabalhos dos sábios, que porfiaram em longínquas viagens procurando conhecê-la. Inolvidáveis são, nesse sentido, os méritos de muitos esforçados exploradores dos primeiros tempos, assim como especialmente do último decênio, por meio dos quais se tornou conhecida a América, mais do que nenhuma das velhas partes do mundo, com exceção da Europa. (...) Mais do que qualquer outra porção da América, o Brasil, o seu mais belo e mais rico país, é, entretanto, pouco povoado e conhecido, embora seja ele o coração desse novo continente.

Vemos aqui a consolidada imagem do Brasil enquanto Terra Prometida devido às suas riquezas naturais e potencialidades de progresso frente ao contato civilizador da Europa.

O botânico Karl Friedrich Phillip von Martius e o zoólogo Johann Baptist Spix foram nomeados pelo rei bávaro Maximiliano José I e pela Academia de Ciências de Munique como membros do séquito científico que acompanhou a Princesa Leopoldina na ocasião de seu casamento com D. Pedro. Chegaram ao Rio de Janeiro em 15 de julho de 1817 junto com outros estudiosos de origem italiana, austríaca e alemã, dentre os quais se destacaram realizando uma expedição de grande sucesso⁴. Quando voltaram a Munique, em dezembro de 1820, o êxito da missão já estava consagrado devido ao constante envio das coleções naturais e das anotações à Academia de Ciências. Recebem, por isso, vários prêmios, colocações profissionais e, acima de tudo, são elevados à nobreza pelo rei da Baviera, adicionando aos seus nomes a terminação “von”.

Reise in Brasilien, resultado da famosa expedição, é publicado em três volumes nos anos de 1823, 1828 e 1831 e tem uma ótima recepção de um público bastante variado. Karen Lisboa (1997, p. 57) comenta que a boa aceitação da obra pode estar condicionada às publicações prévias, já em 1818, de trechos das anotações “em trânsito” dos autores em uma revista bávara, chamada EOS, que era dirigida a um público bastante amplo. Já no Brasil, segundo Ubitaran Machado (2001, p. 199), a obra de Spix e Martius é adquirida pela Biblioteca Nacional em 1842, ano em que este acervo foi ampliado e modernizado. Assim, a grande projeção da obra nos informa a importância desses relatos que alimentavam o imaginário Europeu sobre o Novo Continente. Também no Brasil, como já vimos no capítulo anterior, este era um momento de emancipação do estatuto colonial, quando os estudos sistemáticos do território nacional exercem grande valor como ferramentas de definição do próprio país.

A partir do segundo livro do primeiro volume da *Viagem pelo Brasil* iniciam-se as descrições e impressões do território brasileiro e é a cidade do Rio de Janeiro, modernizada e civilizada pela presença de D. João VI, o que lhes causa maior sensação de estranhamento.

Quem chega convencido de encontrar uma parte do mundo, descoberta só desde três séculos, com *natureza inteiramente rude, forte e não vencida*, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da *cultura da velha e educada Europa* para remover deste ponto da colônia *os característicos da selvageria americana*, e dar-lhe o cunho da *mais alta civilização*. Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro feição europeia. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha numa *parte estranha do mundo*, é, sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de espanto do que de agrado. A *natureza inferior, bruta, desses homens insistentes*, meio nus, fere a *sensibilidade do europeu*, que acaba de deixar os *costumes delicados* e as *fórmulas obsequiosas* das suas pátrias. (SPIX; MARTIUS, [s.d.], v. 1, p. 46, grifo meu).

As palavras grifadas nesse trecho revelam a perspectiva de contraste entre a velha Europa civilizada e a nova América selvagem, traduzindo um pensamento etnocêntrico que separa natureza e cultura e afirma o *dogma* otimista do progresso. A perturbação sentida pelos naturalistas alemães quando entram em contato com os escravos nos remete claramente à antítese hegeliana que opõe o estado natural ao estado espiritual. A liberdade positiva do espírito, aqui representada pela “sensibilidade do europeu”, é ferida pela “natureza bruta” e desesperada (insistente) concebida pelo escravismo, e este só é possível em um continente ainda em formação. Nesse sentido, a aproximação do espírito, ou a “influência da cultura da velha e educada Europa” sucumbe à cultura natural, ou “à selvageria americana”, e introduz a

América na história universal, ou lhe dá “o cunho da mais alta civilização”. Entende-se, então, que “os começos que nesse sentido podem observar-se ali, são de natureza europeia” (HEGEL, 1980, P. 177).

Apesar de vermos cristalizados alguns aspectos da filosofia de Hegel, no que se refere à natureza dos trópicos, Spix e Martius (1981, p. 50) refutam as teses detratoras e vão ao encontro do *Naturgefühl* (sentimento da natureza) de Humboldt. Ao distanciarem-se um pouco do “porto”, da “Praça do Comércio” e das “ruas mais próximas do mar”, onde o viajante “note por toda parte atividade e burburinho de negócios”, suas expectativas em relação à “inteiramente rude, forte e não vencida” natureza americana são alcançadas.

Quem não experimentou o encanto do luar na calma das noites, nestas afortunadas latitudes, não poderá fazer descrição acertada das elevadas sensações, que tão maravilhosa natureza desperta na alma do observador. Uma delicada e transparente névoa paira sobre toda a região; a lua brilha clara, entre pesados grupos de nuvens e formas singulares; as zonas iluminadas pelo luar destacam-se frisantes, ao passo que o mágico crepúsculo parece afastar da vista as zonas escuras. (...) No gozo da magia de tais noites lembra-se o europeu recém-chegado, com saudade, da sua pátria até que a rica natureza tropical se vai tornando para ele uma segunda pátria. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 1981).

As descrições da natureza permeadas pelos sentimentos humanos localizam o discurso desses naturalistas em uma perspectiva romântica, fundamentada em um entendimento totalizante e transcendente da observação empírica. Assim, baseados no estilo estético-científico de Humboldt, apreendem a natureza subjetivamente, o que somente é possível fora dos limites do mundo europeu, já altamente civilizado. Apenas esta natureza intocada pode elevar o pensamento do observador para “além do visível” e atingir “os domínios do sonho, da memória, da fantasia, dos presságios, das intuições”. Portanto, “à revelia dos pensadores do século XVIII que difamaram a natureza dos trópicos, Spix e Martius veem nela o poder benéfico de gerar vida nova no próprio contemplador” (LISBOA, 1997, p. 95-98). Esta vitalidade e exuberância da natureza americana provoca prazer e dependência, uma vez que estimula no “europeu recém-chegado” sentimentos de pertença. O próprio vocabulário “experimentou”, “elevadas sensações”, “desperta na alma” nos remete à ideia de um conhecimento subjetivo, intransponível ao visível e ordenável mundo da ciência.

Porém, o prazer oferecido pela natureza, capaz de elevar o espírito do europeu educado, também seria um empecilho para o desenvolvimento cultural⁵ brasileiro. Dialogando como Hegel, Spix e Martius (1981, p. 56), acreditam que somente “depois de fundada e firmada a sua vida comercial com o estrangeiro, é que podem despertar as

aspirações de arte e a cultura artística”. Assim, a extasiante natureza ao mesmo tempo em que liberta o europeu, proporcionando-lhe novos sentimentos, também domina o americano, impossibilitando-o de se organizar socialmente. Assim explicam os nossos naturalistas alemães:

Também a necessária consequência do grau de civilização do Brasil atual é o habitante deste país tropical, todo cercado de pinturescas e poéticas belezas naturais, sente-se mais perto do gozo espontaneamente oferecido por estes tão ditosos céus, do que da arte que só se atinge com esforço. Essa razão caracteriza o impulso que tomam as tentativas artísticas e científicas em toda a América (SPIX e MARTIUS 1981, p. 56).

Percebemos, portanto, que Spix e Martius, firmados em um pensamento eurocêntrico e em uma “ordem discursiva euro-colonial cujas formas territoriais e visuais de autoridade são aquelas do estado moderno” (PRATT, 1999, p. 120) explicam o Brasil a partir do confronto entre natureza potente e humanidade débil.

Em contato estreito com tribos indígenas no Amazonas, Spix e Martius (1981, p. 220-222) apresentam vários aspectos culturais, como a crença “em um Deus criador do mundo” e, sobretudo, o que mais lhe impressiona, as “ideias sobre os cosmos”. Aproveitando-se da descrição de um etnógrafo português, pois não conseguiu comunicar-se com os pajés desta tribo, destaca em uma nota de rodapé o entendimento que estes fazem do universo:

Na sua ideia o sol está parado e a terra move-se em volta dele; inclinam-se, pois, para o sistema ensinado por Pitágoras 300 anos antes de Cristo e depois por Filolaus, Aristarco e Cleanto de Samos, sistema restabelecido pelo Cardeal de Cusa e, finalmente, desenvolvido por Copérnico. Dizem eles que do movimento da terra provém a correnteza do rio e riachos, que eles chamam artérias e veias da terra. (SPIX e MARTIUS 1981, p. 220).

Apesar de perceber vários pontos de contato com a cultura europeia, Martius absorvido pelo olhar etnocêntrico, concentra-se em uma explicação que situa os índios fora da sociedade humana. Na abertura desse capítulo, já avisa ao leitor que mesmo que seus sonhos poéticos, estimulados quando em contato com o “majestoso rio” Japurá, não tenham se realizado, ele é muito grato às experiências que essa “remota região” pode lhe oferecer: a “ideia da natureza e bem preciso conhecimento do estado primitivo do continente americano e dos seus habitantes!” (SPIX e MARTIUS 1981, p. 217). Destaca, então, a dificuldade da experiência etnográfica, quando através de um interrogatório pretende anotar as palavras principais da tribo e o índio fica “angustiado e aborrecido”. “Somente podíamos despertá-los da indolência por meio de duas coisas: a cachaça e a pergunta sobre as partes do corpo”.

Descreve, então, imagens análogas aos movimentos infantis, quando os índios são questionados sobre os números: (...) “responde, servindo-se em geral dos dedos, e, quando quer exprimir mais de três coisas, usa da mão ou dos dedos”. Utiliza “também os dedos do pé, que estende para cima, como se quisesse melhor afirmar a correspondente expressão” (SPIX e MARTIUS 1981, p. 222). Nesse sentido, fazendo-nos lembrar Hegel (1980, p. 172), quando diz que “os americanos vivem como crianças que se limitam a existir, longe de tudo o que signifique pensamento ou fins mais elevados”, Martius afirma sua crença na debilidade ameríndia, reiterando, assim, as concepções articuladas no pensamento naturalista do século XVIII.

Veremos, por conseguinte, como está naturalizado em outras narrativas de viagens do século XIX esse arranjo de ideias científico-filosóficas que pensam o mundo através da antítese entre o velho e o novo, concebendo à América grande vigor físico e carência humana. Fiquemos, então, com as primeiras impressões desses viajantes estrangeiros ao aportarem nas cidades brasileiras. O naturalista e pintor francês, Auguste François Biard, chega à Bahia em 1858 e revela-se surpreso:

Ao chegarmos à Bahia chovia copiosamente e uma espessa cerração ocultava-nos parte da cidade. Quando o tempo clareou, não fiquei nada satisfeito. O que se oferecia à vista não correspondia à ideia que eu fizera do Brasil, talvez tivesse outra impressão mais tarde ao desembarcar, mas não confiava muito em que tal acontecesse. (...) Nada de pitoresco: por toda parte negros a gritar e a empurrar. (...) ruas acanhadas da cidade baixa, onde vivem numa atmosfera empestada negociantes franceses, ingleses, portugueses, judeus e católicos. Apressei-me para sair desse formigueiro (...) Pensava era em começar minha caça aos insetos, aos pássaros, aos répteis. Eu não viera até cá pelo interesse de cidades (BIRD, 2004, p. 27-28).⁶

Apesar da distância de quarenta e um anos, percebemos grandes semelhanças entre a cena que descreve a chegada de Biard no porto da Bahia e a de Spix e Martius no porto do Rio de Janeiro. A expectativa de se deparar diante de um cenário natural “pitoresco” é logo desfeita pela sonoridade dos escravos e a “atmosfera” infectada pelos negociantes estrangeiros. Ao invés do esperado encantamento provocado pela potente natureza americana, a desilusão perante a cidade escravizada e internacionalizada.

O alemão Carl Seidler viveu no Brasil durante dez anos e descreve suas impressões no momento de sua chegada ao Rio de Janeiro no ano de 1826.

A primeira impressão que colhemos da vida humana no Rio de Janeiro foi altamente desagradável e revoltante; destruiu todos os sonhos idílicos que como chuva de maná se derramaram sobre nosso coração ainda enjoado do mar. Passou por nós grande embarcação que levava dezoito negros, quais escravos de galés, dura e

estritamente acorrentados uns aos outros; a pouca distância seguia-lhe outra e logo após terceira. É essa a tão gabada emancipação dos escravos, a liberdade brasileira, pensei eu comigo, e desviei meus olhos do espetáculo (SEIDLER, 2004, P. 58).⁷

Vemos aqui novamente, uma atitude de estranhamento e de desconstrução de uma imagem preconcebida sobre o Brasil. A ideia de “sonhos idílicos”, que abriga uma concepção poética do ambiente natural acolhedor e integrador, é logo desfeita por sentimentos de repúdio diante de uma cena de barbárie.

Percebemos que nesses semelhantes testemunhos, que registram o primeiro olhar do estrangeiro sobre o cenário desconhecido, porém há muito imaginado, o que “salta aos seus olhos” e fere os seus “sentimentos” é o aspecto de maior contraste em relação à Europa: a civilização. No entanto, percebemos também, que o estranhamento diante do novo, ou do Mundo Novo, vem sempre configurado através do par comparativo entre natureza e sociedade. Corrompidas mutuamente nas cidades portuárias, a esperada natureza exuberante e sociedade selvagem convergem para um cenário urbano já conhecido, porém em grau de civilização muito inferior.

Partindo das imagens que nutrem sobre si mesmos, enquanto sujeitos genética ou racialmente civilizados, esses viajantes europeus exercem uma escrita auto-suficiente que se afirma enquanto autoridade.

NOTAS DE FIM

- ¹ No ano de 1735 Carl Linné, médico, biólogo naturalista e botânico, publica na Holanda seu primeiro livro *Systema Naturae*, no qual agrupou em *classes, ordens, gêneros e espécies* todos os vegetais já conhecidos e os que então eram descobertos.
- ² Alexander von Humboldt (1769-1859) viajou pela América do sul entre 1799 e 1804. Pela primeira vez esta região foi explorada e descrita de um ponto de vista científico.
- ³ Georges Cuvier (1769-1832), filósofo, naturalista, anatomista e zoólogo francês acreditava que os organismos eram compostos de partes complexas inter-relacionadas, que não podiam ser alteradas sem que o todo perdesse sua harmonia.
- ⁴ Spix e Martius chegaram no Rio de Janeiro em 1817 e dedicaram-se às expedições nas redondezas da Corte. Em 1818 dirigem-se a São Paulo, seguindo para Ouro Preto e Diamantina. Alcançam o Rio São Francisco e através deste chegam ao sertão da Bahia. Passam, então, por Pernambuco, Piauí, Maranhão e Pará, quando desembarcam em Belém, já em meados de 1819, vindos de navio de São Luis. Sobem o Amazonas até Solimões e separam-se. Spix segue o rio Amazonas até os limites do Peru e Martius viaja pelo rio Japurá, até a fronteira da Colômbia para reencontrarem-se no rio Negro. Navegam, então, pelo Rio Madeira e voltam para Belém do Pará em abril de 1820, embarcando para a Europa em junho do mesmo ano (OBERACKER, 1993, p.126).
- ⁵ O conceito de cultura neste contexto refere-se ao aplicado no século XVIII, como Norbert Elias explica, significando processos sociais ou desenvolvimento da humanidade. Um conceito em harmonia com uma visão mais geral, de caráter dinâmico e orientado para o futuro. Significando um contraste social e não nacional,

principalmente no caso da Alemanha ainda não unificada, cultura correspondia ao processo civilizador, legitimando-se sobretudo em suas realizações intelectuais, científicas ou artísticas. ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e o desenvolvimento do habitus nos séculos XIX e XX. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 119-121 e ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Vol. I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 23-28.

⁶ Biard viajou pelo Brasil entre os anos de 1858 e 1859, passando pelo Espírito Santo, Belém e Manaus. Em sua estada no Rio de Janeiro, pintou retratos da Família Real. Publicou em Paris no ano de 1862, “Deux années au Brésil”, obra de pouca repercussão científica.

⁷ Carl Seidler é considerado um aventureiro que vem para o Brasil atraído pela promessa de fama e riqueza o alemão. Procedente de Hamburgo, faz um relato negativo da sua experiência no Brasil. Sentiu-se “impelido para fora da pátria, rumo ao novo mundo descoberto por Colombo (p.32), pois “quisera ver o mundo no seu período de desenvolvimento aventureiro”, considerando “o Brasil como foco da grande câmera escura” (p. 33), conclui: “cometi uma tolice quando a 6 de outubro de 1825 deixei minha pátria sonolenta e minha carreira ainda mais sonolenta para tentar minha sorte no Novo Mundo (p. 34). O seu comentário a respeito da emancipação dos escravos parece estar se referindo à Lei de 1831 que extingue, pelo menos no papel, o tráfico negreiro, já que o seu texto foi escrito em 1835, quando retornou para Alemanha. Não há informações sobre a repercussão do seu livro na Europa.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Trad. Edgar Süsskind de Mendonça. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.

BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. I. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HEGEL, Friedrich Georg Wilhelm. *Lecciones sobre la filosofía de la história universal*. Trad. José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

HUMBOLDT, Alexander von. *Quadros da Natureza*. Volumes I e II. Trad. Assis Carvalho. São Paulo: Jackson editores, 1952, 1953.

LIVON-GROSMAN, Ernesto. *Geografias imaginárias: el relato de viajes y la construcción del espaço pantagónico*. Rosário: Beatriz Viterbo, 2003.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Huncitec, 1997.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*, RJ: EDUERJ, 2001.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: (Org.) Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização*. Tomo II: “O Brasil Monárquico”. Vol.1: “O processo de emancipação”. São Paulo: Bertrand, 1993.

PRATT, Mary. *Os olhos do império*. SP: EDUSC, 1999.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Trad. Bertoldo Klinger. Brasília: Senado Federal, 2004.

SPIX, Johann Baptist von, MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Volumes I – II - III. Trad. Lúcia Lahmeyer. 2ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 2005.